



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 12 de julho de 2012

JORNAL DO COMMERCIO

Nokia deve apresentar prejuízo 1
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERCIO

PCDs 2
ECONOMIA

A CRITICA

CAPA 3
CAPA

A CRITICA

Perda de R\$ 1 bi na Receita..... 4
ECONOMIA

A CRITICA

Duas Rodas 5
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO

Empresas do AM na mira da receita..... 6
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO

Auditores 7
ECONOMIA

MASKATE

CAPA 8
CAPA

MASKATE

Fala Sêrio 9
OPINIÃO

MASKATE

Fala Sêrio (continuação) 10
OPINIÃO

MASKATE

Polo Industrial de Manaus prejudicado 11

MASKATE

Polo Industrial de Manaus prejudicado (continuação) 12

MASKATE

Polo Industrial de Manaus prejudicado (continuação) 13

Nokia deve apresentar prejuízo

Fabricante deve ter queda operacional de 236 milhões de euros na divisão de celulares no segundo trimestre

Os resultados trimestrais que a Nokia apresentará na próxima semana devem ser de um prejuízo ainda maior, tendo em vista que as vendas dos smartphones com sistema operacional da Microsoft não devem subir antes do fim deste ano.

A segunda maior fabricante mundial de celulares chegou com atraso ao mercado de celulares inteligentes, permitindo que a Apple e a Samsung Electronics o dominassem. A fabricante está contra-atacando com a linha de celulares Lumia, que usa Microsoft Windows.

Os aparelhos receberam algumas críticas positivas, mas não tiveram grande sucesso entre os consumidores, e suas vendas, lentas por enquanto, vêm prejudicando os esforços de recuperação da Nokia.

No segundo trimestre, as três grandes agências de classificação de crédito rebaixaram os títulos da Nokia para o grau de "junk", e a companhia fez dois alertas de lucro e anunciou a demissão de 20 por cento dos funcionários.

A Microsoft causou novo revés à Nokia ao anunciar que os atuais modelos Lumia não funcionarão com seu novo sistema

operacional, o que os tornará obsoletos. Analistas dizem que as vendas dos modelos Lumia serão modestas até que a Nokia lance novas versões, no quarto trimestre.

"A questão é: até que ponto o quarto trimestre será ruim? Até que ponto a queda se estenderá?", questiona Hannu Rauhala, analista da Pohjola.

A Nokia deve ter prejuízo operacional de 236 milhões de euros na divisão de celulares no segundo trimestre, quase o dobro do prejuízo de 127 milhões de euros no trimestre anterior, de acordo com uma pesquisa da Reuters com 38 analistas.

Os analistas esperam que a empresa lance mais modelos básicos de celulares para reduzir o prejuízo operacional da divisão a 149 milhões de euros no terceiro trimestre.

A projeção é de que o prejuízo líquido total da empresa caia para 557 milhões de euros no terceiro trimestre, ante 706 milhões no segundo.

As ações da Nokia caíram nesta semana para menos de 1,50 euro pela primeira vez desde 1996, acumulando uma perda de mais de 60 por cento em um trimestre.

PCDs

Mão de obra está carente no AM

Baixa remuneração, benefício do INSS e mobilidade são alguns dos fatores que influenciam na hora de procurar por vaga

Por Olívia de Almeida

Faltam trabalhadores deficientes no mercado de trabalho no Amazonas. De acordo com o superintendente da SRTE-AM (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego), Dermilson Chagas, há três fatores que dificultam a contratação de PCDs (Pessoas Com Deficiência): a baixa remuneração, a preferência por receber o benefício do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e a mobilidade urbana. "O nível salarial não é considerado atrativo por conta do grau de complexidade para se deslocar até a empresa", comenta.

Ele afirma que devido a isso as empresas sofrem com a falta de mão de obra, sendo preciso muitas vezes utilizar o banco de dados de órgãos para conseguir trabalhadores. Segundo dados da SRTE-AM, o saldo de admissão de trabalhadores com carteira assinada em maio em 2012 sofreu uma queda, fechando o mês com saldo negativo de -10, comparado ao mesmo mês do ano passado, que contratou 108 PCDs. "Isso aconteceu devido ao reflexo do aumento das demissões no PIM (Polo Industrial de Manaus) e redução de ofertas de emprego no setor", avalia Chagas. Em 2011, foram 1.275 contratados em 2011, número 57% maior,

em relação ao ano de 2010.

A inclusão dessas pessoas está amparada na Lei 8.213/91 (Lei de Cotas), que determina que as empresas que possuam a partir de cem empregados devem cumprir uma cota, proporcional ao tamanho, com cargos para trabalhadores reabilitados ou pessoas com deficiência. Dessa forma, em

presas com até 200 empregados devem reservar 2% de seu quadro para atender à lei. De 201 a 500 trabalhadores, 3%. De 501 a mil funcionários, 4%. De 1.001 em diante, 5%.

Paula Pedrosa, diretora-executiva da Paulo Pedrosa Headhunter & Associados, empresa que atua em consultoria de Recursos Humanos

no Amazonas, destaca que frequentemente recebe solicitações de vagas para o setor administrativo. "Geralmente, são para assistente ou auxiliar", ressalta a especialista.

Ela acrescenta que para quem está atrás de uma oportunidade é preciso ficar atento e ter o currículo atualizado em mãos. "Geralmente, não é exigido experiência. A própria empresa ensina o que será feito", disse Paula.

Como no caso do Sistema de Saúde Hapvida, que além de empregos assegurados, os

De acordo com o levantamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), quase 46 milhões de brasileiros (cerca de 24% da população de 190 milhões) disseram ter ao menos uma das deficiências investigadas na pesquisa - mental, motora, visual e auditiva. Foram consideradas desde dificuldades leves até a incapacidade total de ver, ouvir e se locomover, além de problemas mentais e intelectuais.

A deficiência mais comum foi a visual, que atingiu 16% dos homens e 21,4% das mulheres. Em seguida vieram a

deficiência motora (5,3% dos homens e 8,5% das mulheres), auditiva (5,3% dos homens e 4,9% das mulheres) e mental ou intelectual (1,5% dos homens e 1,2% das mulheres).

De acordo com o levantamento, o maior percentual (cerca de 28%) tem renda entre meio e um salário mínimo. Além disso, o percentual de pessoas economicamente ativas com 10 ou mais anos é menor para deficientes mentais: 22% para homens e 16% para mulheres. No Amazonas esses números chegam a 394 mil, sendo mais 230 mil somente em Manaus.



Inclusão dos PCDs no mercado de trabalho está amparada na Lei 8213/91 (Lei das Cotas)

profissionais com deficiência física ainda recebem treinamentos específicos de aperfeiçoamento nas mais diferentes áreas de atuação, como explicou a coordenadora de recrutamento e seleção da empresa, Marta Taboza. "A empresa funciona como um celeiro de profissionais, já que eles são capacitados de acordo com as necessidades da empresa", explicou. Na empresa, a maioria das vagas disponibilizadas são para as áreas técnicas e operacionais, como de telefonistas e receptionistas.

24% da população

Por dentro

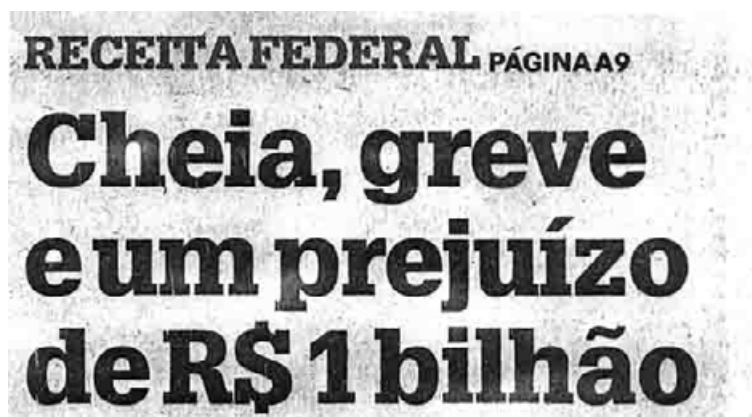
MODEM

Para garantir a inclusão é preciso ter dados da realidade e monitorá-la. É isso que propõe o projeto Modem (Monitoramento da Inserção da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho), da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O Modem tem dois principais objetivos. O primeiro deles é o de criar indicadores da inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Estes indicadores devem idealmente ter a propriedade de, ao mesmo tempo em que descrevem a inserção do grupo-alvo, compará-lo com os demais grupos de trabalhadores. Com esses dados, será criado um mapa do emprego e o trabalho das pessoas com deficiência e também acompanhar sua evolução ao longo do tempo.

O segundo objetivo é desenhar o perfil do emprego das pessoas com deficiência, para completar o mapa. Os dados atuais dizem pouco sobre as condições de trabalho oferecidas, apesar de serem bastante úteis para compreender onde as pessoas com deficiência trabalham, quais ocupações exercem e em quais atividades estão inseridas.

CAPA



Perda de R\$ 1 bi na Receita

Delegado da Receita Federal estima que o fisco deve deixar de recolher R\$ 1 bi por conta da interdição do porto da e greve

RENATA MAGNENTI
renatamagnenti@acritica.com.br

A delegacia da Receita Federal em Manaus deve ter prejuízo de pelo menos R\$ 1 bilhão na arrecadação deste ano devido à interdição do prédio da instituição no Centro de Manaus, em decorrência da cheia e, por consequência, da greve dos auditores fiscais. O delegado da Receita, Leonardo Barbosa Frota, informou ainda que desde maio, por falta de espaço, a instituição está operando com o percentual mínimo de apenas 30%.

De acordo com o delegado, "a situação é precária e a sociedade está sendo prejudicada pelo modo com que a Receita vem atuando em Manaus". A expectativa da instituição era de arrecadar este ano R\$ 11 bilhões. No entanto, por conta dos problemas relatados a perda pode chegar a R\$ 1 bilhão até o fim do ano. "Isso nos preocupa e vamos tentar reaver o prédio da instituição", afirmou.

Leonardo disse também que a Receita tem os laudos técnicos de engenharia civil e elétrica alegando que o prédio tem condições de funcionamento e, neste momento, a instituição está viabilizando que agentes da Vigilância Sanitária visitem o local e também emitam um laudo. "Com os laudos em mãos pediremos que a decisão seja revista

Elettricistas
Oito entidades federais estão de braços cruzados desde o mês passado. Hoje, os eletricitários homologam a aprovação de greve e, na próxima terça-feira, também suspenderão as atividades. Eles reivindicam reposição salarial.

pela Justiça Federal", disse.

O mandado de interdição do prédio do Ministério da Fazenda, onde os servidores da Receita trabalhavam, foi emitido dia 22 de maio pela Justiça Federal no Amazonas. Laudos constatarem a contaminação da água do prédio por coliformes e pela bactéria *escherichia coli*.

"É claro que hoje o prédio está em boa condição de funcionamento. Nos últimos anos foram investidos R\$ 5 milhões em obras de reforma e manutenção. Precisamos voltar a trabalhar normalmente, onde estamos não há espaço físico para que todos os servidores trabalhem", informou Leonardo. Os funcionários da Receita estão trabalhando na unidade do São Jorge, na Zona Oeste.

O delegado acrescentou ainda que todos os esforços da administração estão voltados para iniciar a construção da nova se-



Justiça Federal mandou embargar atividades no prédio da Receita (à esquerda) por contaminação após a cheia

de da Receita. A obra deve ser concluída ainda este ano.

GREVE

Além da interdição do prédio da Receita, a greve dos auditores fiscais é outro agravante que refletirá na arrecadação anual da instituição. E para complicar ainda mais a situação, ontem, os auditores deliberaram que se o Governo Federal não apresentar uma proposta até o final deste mês, irão suspender todo o serviço de "Operação Padrão" e "crédito zero" a

partir de 1º de agosto.

"A decisão é nacional e o objetivo é pressionar o Governo", afirmou o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal no Amazonas (Sindifisco-AM), Eduardo Toledo. Com a suspensão das atividades, mercadorias que "caem" nos canais amarelo e vermelho não serão desembaracados e a maioria, que é liberada automaticamente no canal verde, poderá ser barrada.

Além dessa medida, eles farão

o fundo de corte de ponto. Os servidores que tiverem o ponto cortado receberão seus salários via Sindifisco.

IMPACTO NO PIM

Cinco fábricas do setor de eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus (PIM) suspenderam as atividades devido à falta de insumos que estão parados nos portos e aeroporto após a greve. O Sindifisco avalia que 450 desembarques estão parados nas alfândegas.

Fisco identifica irregularidade

A Receita Federal, por meio do projeto "Sinal Alerta" identificou, através de cruzamento de informações, 4.400 empresas com irregularidades. Desse total, 250 estão da Região Norte, exceto no Tocantins.

Entre as irregularidades estão omissão de declaração, insuficiência de recolhimento do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aplicação incorreta do percentual do lucro presumido (omissão de fato gerador, utilização de alíquota inferior a devida).

A Receita Federal encaminhou comunicado às empresas identificadas e com a correspondência em mãos, o contribuinte terá a oportunidade de efetuar o pagamento do tributo recolhido. Ele poderá retificar a declaração antes de qualquer ação de fiscalização da instituição. Do contrário, estão sob pena de cobrança administrativa e judicial do tributo.

Duas Rodas

Incentivo ao setor sairá em dez dias

Governo Federal deve publicar medidas via decreto

Em um prazo de dez dias o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) deve finalizar o estudo sobre as medidas para fortalecer o polo de duas rodas. De acordo com o órgão ministerial, a discussão tem sido feita a portas fechadas e o prazo é aproximado, contando apenas os dias úteis.

Dentre as possíveis adoções do governo está a desoneração do tributo referente ao Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins).

Além disso, o Poder Executivo federal estuda formas de facilitação do crédito. Conforme reclamações da categoria, representada pela Associação Brasileira dos Representantes de Motocicletas e Similares (Abraci-

clo), a dificuldade no financiamento é um dos principais fatores para a queda nas vendas.

O secretário de Estado da Fazenda, Isper Abraham, comentou que a secretaria aguarda o posicionamento do Governo Federal para publicar, em sintonia com os incentivos adotados Estado, que já foram autorizados pelo governador Omar Aziz. "Este incentivo do Governo Federal é fundamental. Ambos tem que estar atrelados", considerou.

O Estado deve alongar a cobrança do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) referente a taxa de energia elétrica de pelo menos 30 fábricas componentistas do setor, para impulsionar toda a cadeia produtiva. Com isso, a Sefaz deve abrir mão de aproximadamente R\$ 1,2 milhão.

Empresas do AM na mira da receita

Dentro do "Sinal Alerta", foram encontradas 250 empresas nortistas com indícios de irregularidades. Metade está no Amazonas

ANWAR ASSI
Equipe EM TEMPO

Após meses de fiscalização, dentro do projeto estratégico nacional "Sinal Alerta", foram detectadas 250 empresas nortistas com indícios de irregularidades tributárias. Do total na Região Norte, estimativa é de que quase 50% esteja no Amazonas, conforme a Delegacia Geral da Receita Federal (DRF) em Manaus.

"Em torno de 120 empresas são do Amazonas, que é responsável por, aproximadamente, 50% de toda a arrecadação da região", afirmou o delegado-geral da Receita Federal, Leonardo Barbosa Frota.

Segundo a Receita Federal, as principais irregularidades detectadas são omissão de declaração, insuficiência de recolhimento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aplicação incorreta do percentual do lucro presumido (omissão de fato gerador, utilização de alíquota inferior à devida).

Todas as empresas nas quais foram verificadas irregularidades, conforme a Receita, foram notificadas e terão a oportunidade de efe-

tuar o pagamento do tributo recolhido a menor ou de retificar a declaração, antes de qualquer ação de fiscalização do órgão. Se não atenderem às exigências, as empresas poderão sofrer uma

FALHAS

Principais irregularidades são omissão de declaração, insuficiência de recolhimento de IRPJ e da CSLL e aplicação incorreta do percentual do lucro presumido

fiscalização *in loco* ou por meio da escrituração digital para verificar as suspeitas de irregularidades.

Caso confirmadas as falhas, os estabelecimentos sofrerão sanções administrativas e judiciais, incluindo a cobrança de multa, que podem variar de 75% a 225% do tributo originalmente devido, informou a Receita Federal, por meio da assessoria de imprensa.

Em todo o Brasil, são 4,4 mil empresas

Essas irregularidades foram apontadas dentro do projeto estratégico nacional "Sinal alerta", da Receita Federal do Brasil, que tem por objetivo alcançar

o maior número de contribuintes que apresentem algum indício de irregularidade tributária. Em todo o Brasil, foram identificadas 4,4 mil empresas que,

agora, precisam se explicar junto ao fisco.

"A Receita Federal tem aperfeiçoado seu sistema de cruzamento de informações e de inteligência, o

que permitiu detectar fraudes com mais frequência. Quando há um indicativo, geralmente a irregularidade é confirmada", salientou o delegado Leonardo Frota.

Audidores

Aprovado 'desembaraço zero'

Diante do impasse nas negociações, os auditores fiscais do Amazonas votaram, ontem, a favor da intensificação da greve da categoria, que já dura mais de 20 dias.

Eles defendem uma política de revezamento onde em uma semana vão suspender totalmente o processo de desembaraço de mercadorias e, na outra, retornam com a chamada "operação padrão", quando a fiscalização é feita de forma mais lenta.

A decisão tomada pelos auditores foi encaminhada para o comando geral de greve, que deve anunciar hoje o resultado final da assembleia nacional realizada pela categoria.

"Sugerimos o desembaraço zero. Nossa sugestão é o indicativo que deverá ser adotado em todo o país", afirmou o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal no Amazonas (Sindfisco Nacional-AM), Eduardo Toledo.

Ao temer perdas para o setor industrial local, o Cen-

tro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) pretende ingressar, nos próximos dias, com uma ação na Justiça Federal para evitar que as empresas tenham prejuízos com a mobilização dos auditores.

Segundo o departamento jurídico do Cieam, a greve prejudica o setor privado,

AVALIAÇÃO

Decisão tomada pelos auditores no Amazonas foi encaminhada ao comando geral de greve, que deve anunciar hoje resultado final da assembleia nacional realizada pela categoria

que não é parte da pendenga entre o governo e os auditores fiscais. "Essa greve é inconstitucional. Ela prejudica o setor privado. A disputa entre o governo e os auditores não pode prejudicar um terceiro que não está na relação

deles", destacou um advogado, que pediu para não ter o nome divulgado.

No mês passado, os auditores fiscais entraram em greve para reivindicar reajuste salarial de 30,19% e melhores condições de trabalho. Em discurso na tribuna do Senado, a senadora Vanessa Grazziotin instigou o governo a chegar a um acordo para acabar com a greve dos auditores fiscais, que tem afetado a produção de indústrias da região.

Segundo o presidente do Cieam, Wilson Pérlico, quatro empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) paralisaram a produção, semana passada, por causa da greve dos auditores. "Quando trabalhamos em operação padrão, apenas aplicamos a legislação em seu rigor. Não tem nada que o auditor esteja fazendo contra a lei. Esse é o jeito correto de trabalho", enfatizou o presidente do Sindfisco-AM, Eduardo Toledo, ao ressaltar que o número de auditores no Estado tem um déficit de, no mínimo, 120 pessoas. (AA)

CAPA

GUERRA FISCAL DOS PORTOS AMEAÇA ZFM

Fala Sério

ZFM em agonia

O processo de desindustrialização da Zona Franca, confirmado pelos indicadores da R\$ 6 bilhões no déficit comercial e pelas previsões de encurtamento da economia brasileira, conta agora com o apoio dos auditores fiscais da Receita Federal, em mais uma paralisação deletéria em busca de mais salários e vantagens para a categoria. Fábricas paradas e empresários ensaiando pra levantar acampamento.



*** **

Distribuição injusta

É claro que na cabeça dos fiscais passa o filme da distribuição injusta dos benefícios da ZFM. O grande agraciado é o patrão, que recebe mais de 50% dos lucros auferidos pelo modelo e sequer se dispõe a repassar nos salários a inflação acumulada. Depois os empresários que são agraciados com uma isenção paternalista que os desobriga de algumas responsabilidades pontuais.

*** **

Contribuição marota

Quem ganha, também, é a estrutura portuária, arcaica, vi-ciada e obsoleta, com quem eles, os fiscais, contribuem efetivamente para engordar o pasto e a lavoura. A cada paralisação ou em rotinas da regularidade fiscal, lenta e burocratizante, a demora do desembaraço é fator de vibração e acumulação pecuniária por parte dos monopólios logísticos.

*** **

Canalha paulista

O governo São Paulo tem provocado transtornos históricos aos empresários do Amazonas. Já autuou cinco fábricas do PIM somente neste ano, por não considerar os incentivos oferecidos à Zona Franca de Manaus, tributando a entrada do produto originado do Polo Industrial de Manaus, em 12% e não em 7%. Isso encarece o valor da produção para o fabricante e, é claro, para o consumidor.



Fala Sério (continuação)

Mecanismos judiciais

São Paulo está agindo ilegalmente, já que o estado do Amazonas é a única unidade da Federação que não necessita de aprovação do Confaz, o Conselho Nacional de Política Fazendária, para conceder incentivos de ICMS, pois tem esse direito garantido no Art. 15, da Lei Complementar nº 24, de 1975. Falta suporte jurídico e político pra brecar a brincadeira.

*** **

Plano B

O fato é que, com ou sem sacanagem ou canalhice paulista, o modelo ZFM faz água e ninguém faz nada. Ou seja, a busca de outras alternativas para viabilizar a economia como fazem o Pará, Acre e Rondônia, pra dar exemplo, não sensibiliza as lideranças regionais.



*** **

Ninguém merece

- Sem coordenação, rumo ou cumplicidade, a bancada federal do Amazonas segue acéfala, anódina e apática, sem exercer a função para a qual foi eleita.

- Líder do governo no Senado, Eduardo Braga não reúne, não sensibiliza nem motiva a bancada que diz coordenar. Em parte porque ninguém quer ou se dispõe.

- Recebido semanalmente por Dilma, em tom fraterno e coloquial, tudo sugere que as encrencas nacionais proibam qualquer debate ou encaminhamento do imbróglio local.

- E nesse momento de cada um por si e Belzebu por ninguém, quem vai querer debater ZFM no arranca-rabo da refrega eleitoral?

Manaus, quinta-feira, 12 de julho de 2012.

Polo Industrial de Manaus prejudicado

Nova guerra fiscal inicia nova perseguição do governo paulista contra a Zona Franca de Manaus



A atitude adotada pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda, têm provocado inúmeros transtornos aos empresários do segmento industrial no Amazonas. A Sefaz (SP) já autuou cinco fábricas do PIM somente neste ano, por não con-

siderar os incentivos oferecidos à Zona Franca de Manaus, tributando a entrada do produto originado do Pólo Industrial de Manaus, em 12% e não em 7%, encarecendo sobremaneira o valor da produção para o fabricante e, por consequência, para o consumidor.

O governo de São Paulo, está utilizando o argumento de que a referida Lei Complementar não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, análise essa que cabe exclusivamente ao Poder Judiciário. Ele tem abusado das suas prerrogativas constitucionais.

A informação foi concedida pelo Presidente da Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, que não informou o nome das empresas lesadas, mas adiantou que entre elas estão fábricas do segmento de duas rodas e eletrônico.

Polo Industrial de Manaus prejudicado (continuação)

'Guerra dos Portos' é outro ataque



A competitividade do setor eletroeletrônico, líder de faturamento do Polo Industrial de Manaus (PIM) está em risco com o Projeto de Resolução do Senado 72/210, que tenta acabar com a chamada 'guerra dos portos' entre os Estados. A afirmação é do Sindicato dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas (Sindifisco/AM). O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, esquivou-se de abordar o assunto e em uma declaração de poucas palavras disse apenas que a entidade "concorda"

com o Sindifisco.

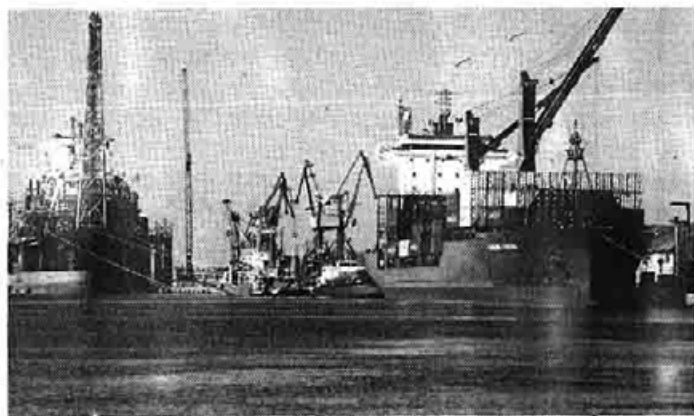
O projeto de resolução aprovado na semana passada na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) visa acabar com a guerra fiscal com a concessão de benefícios do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para importação pelos Estados de Santa Catarina, Espírito Santo e Goiás. Na prática, há incentivo para os produtos importados e maior taxa para os nacionais, reduzindo a competitividade da indústria do País e queda de receita para a maioria dos Estados.

Produtos submetidos ao PPB

"A solução seria a aplicação de uma medida que excepcionalizasse os produtos industrializados, submetidos ao PPB (Processo Produtivo Básico), fabricados na Zona Franca ou que alcance apenas os produtos importados destinados à comercialização, ou seja, o bem acabado", disse o presidente do Sindifisco, Joaquim Corado. Segundo ele, além da perda das vantagens competi-

vas, a atual redação do projeto de resolução vai reduzir as receitas do Estado. "A resolução irá provocar a diminuição de pelo menos 20% da arrecadação de ICMS no setor", afirma.

O segmento de Eletroeletrônicos é responsável, em média, por 43,97% dos insumos importados, o equivalente a R\$ 11,8 bilhões, segundo dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).



Polo Industrial de Manaus prejudicado (continuação)

Componentes importados

O PRS nº 72/2010 unifica em 4% as alíquotas do ICMS dos produtos, que ultrapassem em 40% o índice de componentes importados, quando remetidos para outros Estados. Hoje, as operações de saídas interestaduais dos produtos industrializados no PIM são tributadas em 12%. “É nesse percentual que incide o incentivo fiscal, a vantagem, média, cai de 8,4% para 2,8%, com isso o atrativo tributário da ZFM fica neutralizado”, explica Corrado. Segundo o dirigente, somente o percentual de

componente de importação da TV com tela de LCD equivale a 70%.

O secretário da Sefaz, Isper Abraham, afirma que a ZFM não será afetada negativamente pelo projeto. “Muito pelo contrário, nos é muito simpático, porque a competição com os produtos importados deixará praticamente de existir, o preço será mais competitivo”, disse. De acordo com o dirigente, não irá afetar a arrecadação de ICMS. “A resolução já apresenta uma excepcionalidade para quem tem PPB, que é o nosso caso”, afirma.

Melhoria em infraestrutura reduziria impacto

Para o presidente do Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon/AM) Ailson Rezende, a saída para o PIM não permanecer em uma posição desfavorável em relação às empresas do Sudeste é a melhoria do sistema de transporte. “O problema é de eficiência de logística, precisamos reduzir os custos com transporte e frete, que hoje são muito caros, a partir disso poderemos receber qualquer unificação sem problema nenhum”, disse.

Segundo o consultor econômico, a unificação do ICMS reduz o recebimento de incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM), que variam de 55% a 100% por produto. “Esses benefícios servem justamente para cobrir os custos que temos, por exemplo, com frete doméstico e seguros elevados devido à qualidade ruim da malha viária. Isso interfere na nossa competitividade porque estamos longe dos grandes centros consumidores”, explica.